

# Lucena apóia rolagem da dívida

O presidente do Senado, Humberto Lucena, declarou-se ontem totalmente favorável à rolagem da dívida externa de estados e municípios com aval da União. Durante encontro com oito secretários estaduais de Fazenda, o senador afirmou que o reescalonamento vai evitar "o caos financeiro" nas administrações estaduais e municipais.

Humberto Lucena (PMDB-PB) lembrou aos secretários que o seu estado está sofrendo enormes dificuldades por conta do endividamento. O parlamentar entende que a reforma tributária promovida pela Constituinte não dará plenas condições aos estados e municípios para arcarem com suas despesas. "Apesar do aumento de receitas, houve um significativo aumento dos encargos", afirmou.

## LOBBY

"Estamos fazendo o nosso lobby", disse o secretário da Fazenda de São Paulo, José Machado Campos Filho, um dos porta-vozes do grupo. Machado explicou que os governos esta-

duais estão lutando em três frentes distintas para obter o reescalonamento dos débitos externos junto ao Banco do Brasil que, de 1983 a 1987, rolou cem por cento das dívidas e este ano está rolando 75%.

Para evitar que no ano que vem os devedores continuem arcando com 25% de suas dívidas, os governos estaduais propõem que o Senado determine a forma e montante das amortizações. Através de um projeto de lei apresentado na Câmara por intermédio do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), os governos estaduais sugerem o reescalonamento da dívida em 12 anos, com cinco de carência, sendo que os débitos a vencer em 1989 seriam rolados em 90%. Outro projeto de resolução está sendo examinado pela presidência do Senado e diz respeito à capacidade de endividamento dos estados e municípios, que seria preservada dos efeitos do reescalonamento. Para fechar o cerco, o deputado Hélio Rosas (PMDB-SP) apresentou ontem três emendas à comissão mista de Orçamento e Finanças do Congresso, remetendo a outras

fontes, que não estados e municípios, a responsabilidade por receitas da ordem de Cz\$ 2 trilhões.

O projeto de lei de Ibsen Pinheiro só poderá ser examinado pelo Senado depois de sua aprovação pela Câmara. Segundo Lucena, a única chance disso ocorrer antes das eleições, é durante o esforço concentrado que termina na próxima quinta-feira. O projeto de resolução ainda depende de parecer jurídico da Consultoria Geral do Senado.

O secretário da Fazenda de São Paulo disse que a rolagem é imprescindível. Segundo ele, dos US\$ 6 bilhões de arrecadação previstos para este ano, 82% serão destinados a pagamento de pessoal. Para completar o quadro, só o pagamento das dívidas externas consumiria 30% do total arrecadado. Ele prevê dificuldades no ano que vem, já que o total a vencer em 89, que for rolando será incorporado ao estoque da dívida, levando os estados a arcarem com 43% dos seus débitos, e não 25% como afirma o Governo Federal.